

## CURRÍCULO NO BRASIL – UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Autora: Givanilda Gomes da Silva<sup>1</sup>; Co-autora: Renata de Kásia Gomes da Silva<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Prefeitura Municipal de Cabedelo/Diretoria de Educação Inclusiva, givanildagomes@yahoo.com.br*

<sup>2</sup>*Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio de Forte Velho/PB, renatagomes89@hotmail.com*

### RESUMO

Os problemas educacionais são, acima de tudo, problemas humanos que afetam e integram processos de criação, de recriação e manutenção da vida. É importante reconhecer, portanto, que a educação não implica apenas um serviço a ser prestado e nem uma mercadoria qualquer a ser vendida, mas um direito humano inalienável, inseparável da natureza biopsicossocial do ser humano e, portanto, não redutível a aspectos burocráticos e tecnocráticos. Os professores podem e devem, sobretudo, promover experiências pelas quais os alunos possam agir criativamente e exercitar o pensamento com rigor. É por meio dessas capacidades que o professor usa a imaginação para combinar ideias ou informações de maneiras novas, formula e testa hipóteses de acordo com novas possibilidades. Percebemos que as maiores dificuldades de um currículo flexível nas escolas de ensino fundamental, parte do pressuposto de que as instituições escolares mantêm o ensino centrado no fornecimento de conteúdo programático

**Palavras-chave:** Currículo Escolar. Política Educacional. Formação de Professores.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar bibliograficamente o currículo escolar no Brasil, através da ótica dos autores que serão utilizados como fonte de pesquisa.

Currículo é o ambiente do conhecimento, assim como, o espaço de contestação das relações sociais e humanas, e também o lugar da gestão, da cooperação e participação. O currículo deve ser entendido como componente central do procedimento da educação institucionalizada.

Diferentes currículos originam diferentes pessoas, entretanto, essas diferenças não são meras diferenças individuais, mas diferenças sociais, ligadas à classe, à raça, ao gênero. Dessa forma, uma história do currículo não deve ser focada apenas no currículo em si, mas também no currículo como fator de produção de sujeitos dotados de classe, raça, gênero.

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia (UVA); Especialista em Supervisão Escolar e Orientação Educacional (CINTEP/PB) e Educação Social Inclusiva (VERBO EDUCACIONAL).

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia (UVA), Especialista em Psicopedagogia Institucional (CINTEP/PB).

Nesse aspecto, o currículo não deve ser visto apenas como a manifestação, a denotação ou o reflexo de interesses sociais determinados, mas também como produtor de identidades e subjetividades sociais determinadas.

Para Silva (2005), currículo é lugar, espaço, território. É texto, discurso e documento. Mas, um documento que revela determinada identidade. Na realidade, currículo é o documento de identidade de cada escola, revelador da complexidade de seu percurso, de suas opções teóricas, de seus objetivos, de suas metas, princípios e metodologias trabalhadas. Revela também a visão de sujeito e de mundo compartilhada por determinada comunidade educacional, o conjunto de princípios que norteia suas ações, independentemente da área de interesse ou da especialidade de cada professor.

Currículo é, portanto, o instrumento de concretização do projeto referencial da escola, um documento que traz uma rede de referências importantes, a partir da qual se tenta organizar o trabalho educacional e contribuir para a formação do sujeito aprendente, tendo em vista a construção de uma sociedade democrática.

Com base no currículo, seja ele formal ou informal, explícito ou implícito, é que as escolhas são feitas, os caminhos e os percursos são traçados e vivenciados no cotidiano escolar.

Partindo da visão destes estudiosos referente ao currículo educacional brasileiro é que este trabalho foi elaborado para fomentar nos profissionais da área, uma nova forma de se educar, buscando respeitar as diversidades culturais e sociais dos educandos.

Macedo 2008 p. 27, (in MACEDO, 2011) por sua vez, entende o currículo como um complexo cultural tecido por relações ideologicamente organizadas e inventadas. Como prática potente de significação, o currículo é, sobretudo, uma prática que bifurca”. Como tal, isto significa que nem todas as rotas ou trajetórias curriculares podem ser previstas e planejadas antecipadamente, pois de acordo com o Pensamento Complexo (Morin, 1996), a realidade está sempre em movimento e existe uma multiplicidade de caminhos ou de rotas incentivadas por diversas possibilidades evolutivas.

“...os sistemas de ensino nos ensinaram a isolar os objetos (de seu meio ambiente), a separar as disciplinas (em vez de reconhecer suas correlações), a dissociar os problemas, em vez de reunir e integrar. Assim, obrigam-nos a reduzir o complexo ao simples, isto é, a separar o que está ligado; a decompor, e não a recompor; e a eliminar tudo que causa desordens ou contradições em nosso entendimento... O pensamento que recorta, isola, permite que especialistas e *experts* tenham ótimo desempenho em seus compartimentos e cooperem eficazmente nos setores não complexos de conhecimento, notadamente os que concernem ao funcionamento das

máquinas artificiais; mas a lógica a que eles obedecem estende à sociedade e às relações humanas os constrangimentos e os mecanismos inumanos da máquina artificial e sua visão determinista, mecanicista, quantitativa, formalista; e ignora, oculta ou dilui tudo que é subjetivo, afetivo, livre e criador.”(edgar morin, 2003, p. 15)

Uma das razões que queremos destacar é sobre a importância de nos comprometermos com o desenvolvimento de uma aprendizagem que verdadeiramente garanta competência e formação cidadã e que favoreça a reforma de pensamento almejada por Edgar Morin, mediante o aprimoramento de nossa capacidade de reflexão e maior consciência sobre a problemática que nos cerca, a partir de uma discussão conectada com os grandes desafios que a contemporaneidade nos apresenta.

Os problemas educacionais são, acima de tudo, problemas humanos que afetam e integram processos de criação, de recriação e manutenção da vida. É importante reconhecer, portanto, que a educação não implica apenas um serviço a ser prestado e nem uma mercadoria qualquer a ser vendida, mas um direito humano inalienável, inseparável da natureza biopsicossocial do ser humano e, portanto, não redutível a aspectos burocráticos e tecnocráticos.

Assim, quanto maior o número de educadores ou de pessoas implicadas, capacitadas e em condições de discutir as questões curriculares, melhor será para todos nós, no sentido de promover os diálogos e as transformações educacionais necessárias para que ocorra a descolonização no âmbito das propostas curriculares. A grande maioria dos currículos ainda continuam sendo um artefato educacional dos mais autoritários, excludentes e prepotentes na mão de educadores positivistas e políticos oportunistas, descomprometidos com a realidade social e com o trabalho que desenvolvem. Isto vem contra as necessidades atuais que requerem sujeitos ativos, conscientes, críticos, criativos, amorosos, generosos, responsáveis, comprometidos socialmente e, cada vez, mais reflexivos e atuantes no cenário educacional.

No cotidiano da sala de aula, a partir do currículo nutrido pela complexidade, são tecidas as redes de significados compartilhados por diferentes sujeitos, mediante as quais são construídos os conhecimentos. Mas, é um conhecimento que quebra as barreiras entre o saber científico e o saber popular, entre o conhecimento científico e as histórias de vida, pois estas também podem e devem ser colocadas a serviço da ciência, já que cada ser aprendente participa do processo com toda sua bagagem vivencial, com sua história de vida permeada pelas suas emoções e pelos seus sentimentos, dimensões presentes em sua corporeidade e nutridoras de suas memórias, de suas intuições e histórias de vida constitutivas da inteireza humana.

Percebemos que as maiores dificuldades de um currículo flexível nas escolas de ensino fundamental, parte do pressuposto que as mesmas mantêm o ensino centrado no fornecimento de conteúdo programático, organizado em “grades” sem levar em consideração a complexidade da inteireza humana.

Daí surge a hipótese de que as dificuldades dos professores ensinarem de forma que alcance a todos, parte do pressuposto de que o currículo utilizado é um currículo fechado e fragmentado; falta de domínio das abordagens metodológicas complexas que um currículo flexibilizado exige; falta de formação profissional voltada ao currículo flexível, complexo, aberto, que busca a interação e integração da realidade do aluno, da cultura e da comunidade; falta de uma discussão conjunta entre o corpo docente e a instituição escolar.

O nosso objetivo é construir um estudo criterioso em volta do currículo, levando em conta a opinião dos autores que foram objeto de estudo sobre o tema. Tendo como objetivos específicos, buscar nos teóricos, meios de superar prováveis dificuldades; além de analisar quais as deficiências encontradas pelas escolas na construção de um currículo; e verificar como se dá o currículo no Brasil.

No que diz respeito ao currículo no Brasil, volta-se à transferência educacional, tendo em vista que nos anos 1960 e 1970 era suprema a ascendência norte-americana, sobre as políticas educacionais brasileiras. Há autores que argumentam que a transferência de teorias curriculares estrangeiras ocorreu em duas oportunidades: a primeira, no início dos anos 1980, tem como característica a adequação instrumental do pensamento norte-americano e, na segunda, sobrevieram transformações no campo político. Entre estas duas vertentes, há partidários das idéias importadas e daqueles que julgam ser necessária a concepção de um currículo totalmente brasileiro.

Através de estudiosos como Martins (1999), Davies (1982), Coll (2003), Macedo (in MOREIRA, 1999), Lopes (in MOREIRA, 1999), tem-se uma idéia de quão é importante o currículo num mundo em que se constrói uma sociedade consciente das suas responsabilidades nas ações construtivas de uma nação cuja justiça seja orquestrada por códigos éticos, íntegros e direcionados para o crescimento e fortificação do caráter.

Para Moreira (1990) as raízes do pensamento curricular no Brasil podem ser identificadas nos anos 20 e 30, quando consideráveis transformações econômicas, sociais, culturais, políticas e ideológicas foram instauradas em nosso país. O mesmo autor afirma que as primeiras infra-estruturas no campo do currículo, a princípio, eram adequadas às reformas causadas pelos pioneiros nos estados e à base institucional do Instituto Nacional Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP) e

do Programa de Assistência brasileiro-americana à Educação Elementar (PABAAE). Declara que a tradição epistemológica que fundamentou as reformas e o ajuste curricular produzido pelo INEP foi constituída, basicamente, por ideias progressivistas derivadas do pensamento de Dewey e Kilpatrick.

Não obstante a preocupação com a reconstrução social, a grande contribuição das reformas limitou-se a novos métodos e técnicas. Essa ambigüidade reflete, em certo grau as idéias liberais predominantes e a influência do processo de modernização das escolas americanas e européias.

(MOREIRA, 1990, p. 72) afirma que o pensamento do INEP, criado em 1938 para ser um centro de estudos de todas as questões educacionais relacionadas ao ministério da Educação e Saúde quanto ao desenvolvimento do campo do currículo, tinha suas raízes em Dewey e Kilpatrick e, entretanto, originaram-se diretamente da forma como os pioneiros, principalmente Anísio Teixeira, interpretaram esses autores e os aplicaram à realidade brasileira. Preocupa-se com a prática, com métodos científicos e com a realidade do aluno. Realizavam-se pesquisas e, aparentemente, procurava-se construir currículos “brasileiros”, apesar da influência americana.

Com o golpe militar de 1964 e as conseqüentes transformações políticas, econômicas, ideológicas e educacionais, além dos vários acordos assinados com os Estados Unidos visando á modernização e racionalização do país houve aumento e dispersão das discussões sobre currículo.

Para Arroyo (1980), os militares reorganizaram o sistema educacional brasileiro, onde a preocupação com o ensino secundário, ensino profissionalizante, formação de professores e ensino superior refletiu uma estrutura ocupacional especializada. Análogo à divisão do trabalho na sociedade mais ampla, o trabalho pedagógico fragmentou-se formando o sistema educacional mais efetivo e produtivo. Conseqüentemente, os professores passaram a utilizar técnicas e metodologias criadas por experts, simplificadas e transmitidas por supervisores. Desde a criação da supervisão escolar, o campo do currículo está associado a esta especialização.

Os principais autores de currículo no Brasil, ainda de acordo com Moreira (1996, 1999) admitem essas influências, destacando, entretanto, seu teor ambivalente. Salientam, por um lado a necessidade de saber o que está se articulando em países onde há desenvolvimento de estudos expressivos de temas curriculares e por outro afirmam que temos o dever de sermos mais críticos no que tange a esse discurso e que é preciso desenvolver análises apropriadas ao contexto brasileiro.

Ao analisar os trabalhos científicos brasileiros produzidos nos anos 90, verifica-se a presença de teóricos estrangeiros, principalmente os relacionados à teoria curricular crítica, bastantes presentes nas bibliografias. Ultimamente, proposições derivadas dos estudos culturais, de raça e de

gênero já se fazem notar no pensamento brasileiro, acompanhando as novas tendências internacionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando este campo de estudo, concluímos que a elaboração do currículo deve ser a parte essencial concernente ao ensino e aprendizagem significativos, onde propostas transportam o educando a informações conceituais e princípios de um ou mais tema. Isto corrobora a proposição dos PCNs de se elaborar currículos considerando a diversidade de cada região brasileira.

Esta diversidade deixou de ser respeitada por muito tempo e, a propósito, devemos concordar com Martins (1999), quando ressalta as diversas críticas relacionadas à educação brasileira no século XX, não obstante, destaca que não se perdeu de vista a educação como pilar para grandes transformações. Por conta disso é possível assimilar os valores do pluralismo, não como instrumento de manipulação, mas como uma ferramenta poderosa de construção e reconstrução de uma sociedade mais justa, que leva em consideração a diversidade brasileira em sua amplitude e singularidade. Mas para isso precisamos rever nossas práticas pedagógicas e reavaliar o currículo escolar que está sendo utilizado em nossas instituições escolar. Para que tenhamos uma escola acessível à todos.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. **Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira?** Educação e sociedade. São Paulo, v.2, n.5, jan.1980.
- BRASIL. **Ministério da Educação, Desporto e Cultura.** Lei de Diretrizes de Base (Lei 939/96). Brasília: MEC, 1988.
- MARTINS, José do Prado. **Administração Escolar: uma abordagem crítica do processo administrativo.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MACEDO, R. S.. **Atos de currículo / formação em ato?** Ilhéus, Editora da Universidade de Santa Cruz, 2011.
- MORIN, E. **Ciência com consciência.** Tradução de Maria D. Alexandre e M. Alice Sampaio Dória. São Paulo: Bertrand Brasil, 1996.
- GARCIA E MOREIRA (orgs). Regina Leite e Antônio Flávio Barbosa. **Currículo na contemporaneidade.** São Paulo: Cortez, 2003.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículos e Programas no Brasil.** Campinas: Papirus, 1990.
- \_\_\_\_\_ (org.) Antônio Flávio Barbosa. **Currículo: questões atuais.** Campinas: Papirus, 1997.
- \_\_\_\_\_ (org.) Antônio Flávio Barbosa. **Currículo: Políticas e práticas.** Campinas: Papirus, 1999.